
Revisão

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO EXTERNA (RAEI)

Avaliação Institucional

Processo de Avaliação

Instituição de Ensino Superior

Universidade do Mindelo

Código do Processo de Avaliação

HW28KJC7

Referência do RAA

<https://pd.ares.cv/aes/documents/view/637f5153d5637.pdf>

Data de início da elaboração do RAE/ data da submissão do RAA à CAE

10:21 - 13/02/2023

Data de término/submissão do RAE ao CA-ARES

16:16 - 18/02/2023

Constituição da CAE

CAE - Vogal Profissional

Dr. Jacinto Santos

CAE - Presidente

Prof.ª Doutora Ana Freitas

CAE - Vogal Académico

Prof.ª Doutora Maria João Rosa

Gestor de Procedimentos

MSc. José Mendes

Data de impressão

10-04-2023

Parte I – Enquadramento da Instituição de Ensino Superior (IES)

1. Apresentação da IES

1.1. Nome

Universidade do Mindelo

1.2. Localização

Cidade do Mindelo, São Vicente

1.2.1. Sede

Cidade do Mindelo - São Vicente

1.2.2. Outros

1.3. Tipologia (Universidade, Instituto Politécnico, Escola não integrada, outra)

Universidade

1.4. Natureza Jurídica (Entidade pública, privada, fundação, cooperativa, etc.)

Entidade Privada

1.5. Site de Internet (URL)

2. Apresentação da Entidade Instituidora

2.1 Nome / Designação da Entidade Instituidora do estabelecimento de ensino.

Fundação Isidoro da Graça

2.2 Site de Internet (URL).

fundacao.um.edu.cv

2.3 Estatutos.

BO N° 64 II Série, de 24 de dezembro de 2015

3. Projeto educativo, científico e cultural

3.1. Apreciação da pertinência e adequação da missão e do projeto educativo, científico e cultural da Instituição e da sua coerência com a natureza universitária da Instituição, face aos requisitos legais e tomando em consideração o contexto geográfico, económico e social no qual a Instituição opera.

- Está definido e é coerente com a natureza universitária e a sua missão.
- Está definido, mas não é coerente com a missão da Instituição.
- Não está definido.

3.2 Fundamentação PECC.

A Universidade do Mindelo (UM) apresenta-se como uma universidade sólida, com corpo docente sólido e com formação adequada. Definiu a sua missão, visão e objetivos, que se adequam à sua natureza universitária, focando o ensino e aprendizagem, a investigação e as atividades de extensão. Apresenta um Plano de Desenvolvimento Estratégico Institucional para 2021-2024 adequado, alicerçado numa avaliação do plano estratégico definido para 2018-2020. Tem um número significativo de ciclos de estudo acreditados, em várias áreas científicas, o que a torna uma Universidade menos focada e mais generalista. Podemos considerar que essa diversidade de ciclos de estudo se deve a uma estratégia de sobrevivência, dada a escassez de alunos; no entanto, é de notar que a mesma pode, ao mesmo tempo, tornar mais complicado garantir a qualidade e a quantidade de corpo docente qualificado, que demonstram bem querer manter. É evidente uma preocupação da UM com o território, tem já dois cursos de doutoramento acreditados nas áreas das ciências sociais e ciências da saúde e no próximo ano letivo abrirá também o mestrado integrado em medicina dentária. De destacar também uma implantação, quer da instituição quer dos seus ex-alunos, muito importante no Mindelo e em Cabo Verde, de uma forma geral. Em termos culturais e apesar de não haver cursos nas áreas artísticas, tem uma equipa de futebol, uma banda de música e cede o auditório para a projeção semanal de filmes (o cinema fechou), o que demonstra preocupação com a população de uma forma geral e com a formação dos estudantes em atividades de aprendizagem “não formal”, o que é importante.

Resposta da CAE ao contraditório:

Estando, realmente, o MI de medicina dentaria já em funcionamento a CAE altera a sua Fundamentação de acordo com o parágrafo seguinte:

É evidente uma preocupação da UM com o território, tem já dois cursos de doutoramento acreditados nas áreas das ciências sociais e ciências da saúde igualmente entrou em funcionamento este ano letivo o MI em Medicina Dentária, acreditado condicionalmente por uma ano. De acordo com o que nos foi dito as condições exigidas serão cumpridas.

4. Organização e gestão

4.1. Órgãos de gestão da Instituição e da(s) sua(s) Unidade(s) Orgânica(s) estatutariamente consagrados.

- Existem, satisfazem as condições legais e funcionam regularmente.
- Existem, mas não satisfazem as condições legais ou não funcionam regularmente.
- Não existem.

4.2 Fundamentação OGI.

4.3. É assegurada a autonomia científica e pedagógica da Instituição?

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz

4.4 Fundamentação ACP.

De acordo com o artigo 7º dos Estatutos da Universidade do Mindelo, a Instituição goza, nos termos legais, de autonomia científica, pedagógica e cultural, sem prejuízo da competência da entidade instituidora para aprovar as iniciativas que dependem do seu financiamento ou tenham repercussões financeiras.

A Autonomia Científica apesar de ser assumida é talvez a área mais difícil de avaliar visto que a investigação científica é débil e quase inexistente. Não havendo qualquer financiamento direto para investigação, a estratégia de ter cursos de mestrado e de doutoramento em colaboração com universidades estrangeiras parece-nos adequada e seguramente dará frutos no futuro.

Há uma nítida preocupação da Instituição em estimular a investigação científica, como se demonstra pelo facto de haver duas revistas científicas de publicação interna, haver no site um repositório de artigos científicos, na sua maioria dissertações de mestrado ou trabalhos de licenciatura, e o facto de haver em algumas unidades curriculares a preocupação de que os estudantes “escrevam” um artigo científico, pelo menos.

A Autonomia Pedagógica parece existir, há reuniões periódicas dos docentes com o coordenador do ciclo de estudos, e com estudantes, e o programas das unidades curriculares é anualmente afinado de acordo com as partes envolvidas. Também de destacar neste contexto, é a “Semana do Curso”, iniciativa durante a qual todos os colaboradores têm a

oportunidade de opinar, criticar e/ou sugerir melhorias ao respetivo ciclo de estudos.

A Autonomia Cultural também parece ser uma realidade, tendo a universidade demonstrado a sua capacidade de definir e executar o seu plano de formação e de iniciativas culturais.

No RAAI, a UM afirma que tem sido sempre a Instituição a escolher os ciclos de estudos a serem lecionados, incluindo as unidades curriculares e os seus conteúdos, bem como a definir a investigação e as atividades de extensão universitária que realiza. A CAE não encontrou na visita efetuada nenhuma evidência de que tal possa não ocorrer.

4.5. É assegurada a **participação dos docentes, investigadores e estudantes na gestão da Instituição?**

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz parcialmente

4.6 Fundamentação PIM.

Na realidade, e de acordo com o organograma da UM, a participação dos estudantes, docentes e investigadores acontece quase sempre por nomeação, exceto no caso dos estudantes em que há eleição, mas apenas entre os estudantes da Associação dos Estudantes da UM.

A Associação dos Estudantes é constituída por um número limitado de estudantes, eleitos entre os seus pares. Sendo uma Instituição privada, a nomeação é o modelo que está nos estatutos e os mesmos são cumpridos. Há que referir que este núcleo “duro”, constituído pelos diretores de curso, diretores de departamento e membros dos órgãos de gestão é um núcleo muito coeso, muito empenhado, com conhecimento exaustivo das suas áreas específicas, carências, debilidades e pontos mais fortes, tendo sempre demonstrado, durante a visita, ter uma estratégia definida para a UM e estar essa estratégia coordenada entre todos.

Menos evidente foi a forma como é assegurada a participação dos restantes docentes e investigadores na gestão da instituição, uma vez que não têm a possibilidade de eleger nenhum dos membros destes órgãos de gestão.

4.7. Sistema interno de garantia da qualidade.

- Existe, a nível da Unidade Orgânica (segue para 5).
- Está definido a nível Institucional (segue para 4.8).



4.8. Apreciação do estado do sistema interno de garantia da qualidade definido a nível Institucional.

A UM concebeu e está a implementar um Sistema Interno de Garantia da Qualidade, assente na definição de uma política da qualidade e formalizado em documentos próprios (‘Manual da Qualidade’; ‘Sistema Interno de Garantia da Qualidade’), o que denota o seu comprometimento com uma cultura de melhoria da qualidade da instituição e dos seus

processos de missão: ensino, investigação e extensão. Este sistema está já dotado de mecanismos interessantes, como, por exemplo, os inquéritos de satisfação de estudantes, docentes e não docentes relativamente à UM, os inquéritos pedagógicos aos estudantes sobre as unidades curriculares e o desempenho dos docentes, ou os Relatórios das Unidades Curriculares (RUC's).

A CAE faz notar, no entanto, que à data da visita existia ainda uma limitada concretização do SIGQ ao nível dos instrumentos usados para a promoção da melhoria da qualidade, traduzida na sua pouca visibilidade e consequente impacto. Em particular, a CAE considera que o preenchimento dos inquéritos de satisfação por docentes, estudantes e não docentes, bem como dos inquéritos pedagógicos pelos estudantes deve ocorrer de forma periódica (ex.: no final de cada semestre ou ano letivo), por forma a que os seus resultados possam “alimentar” o RUC. A CAE sugere ainda que, para além dos RUCs, seja introduzida no final de cada ano letivo uma análise a cada ciclo de estudos, condensada num relatório de ciclo de estudos. Finalmente, a CAE gostaria de propor a possibilidade de institucionalizar a realização de reuniões periódicas entre a coordenação de curso e os estudantes do curso em cada semestre letivo (ex.: uma a meio do semestre e outra no final).

A CAE reconhece que a UM está comprometida e alertada para a necessidade e para a importância do seu SIGQ, recomendando que seja dada continuidade ao trabalho de consolidação do mesmo, através da sua permanente avaliação, monitorização e adaptação.

5. Ensino

5.1. Procura e acesso.

A Instituição tem uma política de recrutamento de novos estudantes? Apreciação das políticas institucionais de promoção do recrutamento de novos estudantes, incluindo a admissão de maiores de 25 anos.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz

5.2 Fundamentação PA.

A instituição refere, e bem, a dificuldade de recrutamento por razões diversas, mas entre elas a escassez de alunos, que se acentua se juntarmos à escassez de alunos em Cabo Verde, a “escassez” na ilha. Para atrair estudantes de outras ilhas ou de outros países, nomeadamente da CPLP (p.e. de Timor, S. Tomé ou Guiné), seria interessante ter estruturas sociais de apoio aos mesmos, tais como cantina, residências, etc., que estão previstas e que realmente seria importante que fossem construídas.

A ‘semana dos cursos’ e o alargamento deste tipo de ação a outras ilhas parece uma iniciativa importante ao nível da captação de novos estudantes. Também o facto de se fazer uma prospeção inicial antes de ponderar a abertura de um novo curso, parece à CAE ser um mecanismo adequado para garantir a existência de estudantes nos ciclos de estudo oferecidos pela UM.

O site da UM está muito bem feito e é atrativo, o que pode favorecer a divulgação da Instituição não apenas em Cabo Verde, mas também internacionalmente

Os ciclos de estudo oferecidos pela UM não estão totalmente alinhados com a estratégia governamental para a ilha, mas, por outro lado, há uma consciência dessa falha e da necessidade de dar passos ponderados para alargar o número de ciclos de estudo tecnológicos, nomeadamente na área do mar. Esta ponderação decorre do facto de haver, no global, poucos estudantes por ano em condições de se candidatarem a estes ciclos de estudo, bem como do facto de serem cursos muito onerosos, existindo um investimento só compensado se existir procura para os mesmos.

Finalmente, é de referir que a definição pela UM de uma política de recrutamento de novos estudantes beneficiaria da existência a nível nacional de uma política e estratégia para a captação e fixação de estudantes nacionais e internacionais.

5.3. Sucesso escolar.

A Instituição tem políticas para promover o sucesso escolar e a integração dos estudantes? Apreciação dos resultados do ensino em termos de sucesso escolar (prossecução dos objetivos de aprendizagem, taxas de progressão, retenção e abandono, tempo médio de conclusão do curso) e das estratégias para promover esse sucesso e a integração dos estudantes.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz parcialmente

5.4 Fundamentação SE.

A UM possui já alguns dados que lhe permitem monitorizar a evolução do número dos seus estudantes, bem como dos diplomados, mas as políticas para promover o sucesso escolar são ainda incipientes.

A este nível é de destacar que a UM tem uma preocupação com a qualidade e formação do corpo docente (ao nível do mestrado e do doutoramento), existe um relatório de unidade curricular (RUC) que permite monitorizar o funcionamento das unidades curriculares e começaram a ser realizados inquéritos pedagógicos aos estudantes. Houve também uma adaptação do calendário escolar de forma que as épocas de exames final e de recurso sejam consecutivas no tempo.

Adicionalmente, foi tomada a opção por horários dos ciclos de estudo concentrados apenas num período do dia, o que facilita a captação de estudantes-trabalhadores. Finalmente, é de destacar o papel do coordenador de ciclo de estudos no acompanhamento do funcionamento das diferentes UCs, dos docentes (incluindo o acolhimento aos novos docentes) e, em geral, ao nível da promoção da qualidade do ciclo de estudos.

No entanto, não há indicadores dedicados para se poder “cientificamente” perceber o impacto das medidas de apoio à aprendizagem e se estão ou não a promover o sucesso escolar, ou uma melhor integração dos estudantes. Falta completar o ciclo, avaliando os resultados e implementando ações de melhoria.

A CAE faz notar que durante a visita os responsáveis da UM estavam conscientes destas falhas e demonstraram estar a preocupar-se em as colmatar. O trabalho recente ao nível da consolidação do sistema de informação da UM, com o desenvolvimento da plataforma SIGAUM, poderá permitir no futuro um acompanhamento mais sistemático e regular do sucesso escolar, contribuindo para a tomada de decisão ao nível da definição de políticas para a sua promoção.

5.5. Ligação à investigação.

A Instituição adota medidas que garantem o contacto dos estudantes com a investigação desde os primeiros anos?

Apreciação das estratégias adotadas para assegurar o contacto dos estudantes com a investigação desde os primeiros anos.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz

5.6 Fundamentação LI.

Tal como já foi referido neste relatório, a investigação será a área mais débil da UM, logo o contacto dos estudantes da UM com a investigação desde os primeiros anos é também mais difícil de conseguir. No entanto, é óbvio e está definido

em todos os documentos pertinentes que esta é uma questão “identificada” pela UM, razão pela qual podemos considerar que lhe é dada atenção. Aliás, é de referir, e valorizar, que todos os ciclos de estudo têm, e bem, uma unidade curricular de Introdução à Investigação. Por outro lado, é igualmente de salientar a existência de um repositório científico onde é possível aceder aos trabalhos de licenciatura, mestrado e doutoramento desenvolvidos por estudantes e/ou docentes da universidade. Finalmente, a existência das Revistas Rumus e Direito, Política e Sociedade, permite a promoção da escrita científica e a publicação de artigos por parte dos estudantes de mestrado e doutoramento.

Não é fácil com um tecido económico débil, e sem que haja propriamente uma estrutura que financie diretamente a investigação, promover esta ligação entre os estudantes e a investigação. No entanto, e pelo menos no que diz respeito ao estímulo aos estudantes, esta promoção parece existir e há já algumas medidas concretas para a concretizar.

Dentro das limitações inerentes ao desenvolvimento da investigação na UM, e em Cabo Verde de uma forma geral, a instituição demonstra preocupação com o envolvimento dos estudantes na Investigação.

5.7. Inserção dos diplomados no mercado de trabalho.

A Instituição promove de forma eficaz a monitorização da empregabilidade e o apoio aos estudantes para a sua inserção no mercado de trabalho? Apreciação das políticas institucionais de apoio à inserção dos diplomados no mercado de trabalho e de monitorização do trajeto dos diplomados.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz parcialmente

5.8 Fundamentação IDMT.

Apesar de haver por parte dos docentes uma preocupação com a situação dos estudantes após o término de qualquer dos ciclos de estudo, não há uma estrutura interna que se preocupe globalmente com a inserção dos diplomados no mercado de trabalho. De facto, parece haver ações isoladas de alguns coordenadores de ciclos de estudo neste âmbito, mas não existe uma política global da instituição a este nível.

Durante a visita a CAE teve a oportunidade de discutir este assunto com os responsáveis da UM, que reconhecem esta situação, mas não têm ainda nenhuma ação capaz de lhe dar resposta. Assim, a CAE sugere a criação de um gabinete de apoio à inserção dos diplomados no mercado de trabalho, responsável também pela divulgação de ofertas de emprego. Também relevante neste âmbito seria o desenvolvimento e implementação na UM de um mecanismo formal e sistemático de monitorização do percurso profissional dos diplomados. Finalmente, é de referir que o desenvolvimento de ainda mais esforços no sentido da colocação de todos os estudantes em estágios curriculares (por exemplo, nos ciclos de estudo em Criminologia e Reinserção Social e em Ciência Política e Relações Internacionais a colocação em estágios pareceu-nos ser mais difícil), pode também ajudar a promover a futura integração dos diplomados no mercado de trabalho, dada a experiência profissional adquirida via estágio. Uma possibilidade seria o estabelecimento de protocolos e parcerias com entidades públicas e organizações privadas da ilha de S. Vicente (ou de outras) por forma a garantir que todos os estudantes de licenciatura têm acesso a estágios curriculares, em conformidade com o previsto nos seus planos de estudo. A crise económica atual, bem como a falta de uma política ativa de procura de emprego por parte dos diplomados, se bem que possa explicar, em parte, a situação atrás enunciada, deixa à universidade responsabilidades acrescidas para lidar com o problema de uma forma ativa.

6. O corpo docente

6.1. A Instituição dispõe de um corpo docente e tem uma política de recrutamento? Apreciação da adequação da dotação global do corpo docente da Instituição e respetiva qualificação, estabilidade e grau de envelhecimento

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz

6.2 Fundamentação CD.

Apesar da instabilidade ao nível do número de estudantes e das áreas de formação, o corpo docente é equilibrado, havendo uma grande aposta na afirmação de um corpo docente estável e qualificado, dando preferência a docentes em regime de tempo integral. A preocupação da UM com a qualificação e formação científica do seu corpo docente é notória, traduzida numa política e em estratégias que visam garantir essa mesma qualificação, nomeadamente ao nível do Doutoramento. Durante a visita, a CAE verificou também a existência de uma preocupação com a coesão e o engajamento da comunidade universitária, nomeadamente do corpo docente, como a missão, visão e valores da UM.

Foi recentemente aprovado um Plano de Carreiras, Cargos e Salários que já abrange 20 trabalhadores (docentes e não docentes). A UM tem igualmente uma percentagem significativa de docentes em tempo integral, o que denota responsabilidade e preocupação com a estabilidade e qualidade do corpo docente. Genericamente o corpo docente é jovem, motivado e empenhado.

Seria eventualmente de vir a implementar uma política de progressão na carreira que responda ao estipulado no artigo 41º nº4 dos Estatutos da Universidade do Mindelo.

A UM deve continuar a sua aposta na formação avançada dos seus docentes, através da oferta de mestrados e doutoramentos. Outro aspeto importante relativamente ao corpo docente, seria a promoção da sua participação em cursos de formação pedagógica, oferecidos pela UM ou por outras universidades nacionais ou estrangeiras.

7. A atividade científica e tecnológica

7.1. Políticas de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico.

A Instituição tem uma política para a investigação científica e o desenvolvimento tecnológico, e para a sua valorização económica? Apreciação das políticas institucionais de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico, incluindo a valorização económica do conhecimento.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz

7.2 Fundamentação ACT.

A UM tem uma atividade científica e tecnológica ainda algo débil, traduzida numa produção científica muito limitada. No entanto, a Instituição está ciente desta sua situação e tem, definitivamente, uma política para a investigação científica e o desenvolvimento tecnológico, a qual se tem, até agora, centrado principalmente em protocolos com outras instituições, nomeadamente portuguesas, espanholas e brasileiras. No entanto, já foi criado um embrião de um centro de investigação, há duas revistas científicas editadas pela instituição, e um repositório científico, disponível no website da UM, o que demonstra bem o reconhecimento da importância da cultura de “investigação científica”. O esforço de ter os docentes a fazer doutoramento, quer dentro, quer fora da instituição, é também de louvar e seguramente dará frutos assim que haja uma política nacional capaz de financiar projetos de investigação científica. De facto, sem uma política nacional de

investigação torna-se difícil fazer investigação competitiva e que torne possível a candidatura a projetos internacionais, quer isoladamente quer em parcerias, pela não existência de recursos humanos detentores de currícula verdadeiramente competitivos.

Esta questão foi sobejamente discutida entre a CAE e os diversos participantes nas entrevistas, e a instituição reconhece a fraqueza e o desafio para a ultrapassar, os passos que estão a ser dados com a criação de uma estrutura transversal de apoio à investigação, a criação da Unidade de Gestão I+D+I para “melhoria da eficácia e do alcance de resultados científicos ao seu redor e no processo de tomada de decisões”, bem como a existência de alguns projetos de investigação. Por exemplo, a produção de energia elétrica com painéis criados e mantidos pelos estudantes demonstra bem que, apesar das dificuldades, tudo faz prever que, assim que estejam reunidas condições externas favoráveis, se consiga dar um salto qualitativo rapidamente. Também a formação de docentes ao nível de mestrado e doutoramento em colaboração com universidades estrangeiras pode abrir caminho ao desenvolvimento de projetos de investigação conjuntos.

A CAE congratula a UM pela sua preocupação com a promoção e desenvolvimento da investigação, amplamente manifestadas e traduzidas num conjunto de iniciativas que a CAE acredita poderem vir a constituir-se como um embrião de um gabinete de apoio à investigação e de centros de investigação. A este nível é de referir que a ausência de uma agência nacional para a investigação é um fator que limita a capacidade da UM para se afirmar como uma universidade de investigação no contexto nacional e internacional.

7.3. Políticas de prestação de serviços à comunidade.

A Instituição dispõe de uma política institucional consistente para a prestação de serviços à comunidade, adequada à sua contribuição para o desenvolvimento regional e nacional? Apreciação das políticas institucionais para a prestação de serviços à comunidade (incluindo as atividades de promoção cultural, artística e desportiva) e da sua contribuição para o desenvolvimento regional e nacional.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz

7.4 Fundamentação PPSC.

A Instituição tem várias iniciativas de apoio à sociedade nas várias áreas em que ministra ciclos de estudo, como sejam campanhas de vacinação, gabinete de apoio jurídico, consultas de ortóptica e de acompanhamento da gravidez, abertura da biblioteca a toda a população ou um gabinete de apoio psicológico (esteve desativado durante a pandemia). Tem ainda uma equipa de futebol que joga atualmente na 2ª divisão, uma sala com instrumentos musicais que compõe uma banda tradicional, dois auditórios que cede ou aluga à comunidade em geral e a disponibilização do auditório principal (sábados e domingos) para projeção de filmes. A maioria, ou grande parte, das atividades desenvolvidas no apoio à comunidade não são objeto de prestação de serviços com contrapartida financeira, sendo realizadas pró-bono.

Dadas as valências da UM, a CAE sugere que, para além de continuar a sua aposta e bom trabalho nas diferentes iniciativas de apoio à sociedade em que está envolvida, a instituição reflita sobre a possibilidade de dinamizar prestações de serviços à sociedade com contrapartidas financeiras, de maneira a diversificar as suas fontes de financiamento.

Exemplos destas prestações poderiam incluir a oferta de cursos breves de reciclagem de competências para os diplomados que já se encontram no mercado de trabalho, numa lógica de aprendizagem ao longo de vida, ou de CESP (cursos não conferentes de grau).

7.5. Políticas de captação de receitas próprias.

A Instituição tem uma política de captação de receitas próprias e o seu nível é adequado? Apreciação das políticas institucionais para a captação de fontes de financiamento alternativas e da adequação do nível de receitas próprias obtidas

nos últimos três (3) anos.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz parcialmente

7.6 Fundamentação PCRP.

A Universidade do Mindelo não tem dívidas e tem sustentabilidade financeira. A estratégia definida pela universidade, e plasmada no seu Plano Estratégico de Desenvolvimento Institucional 2021-2024, demonstra muito arrojo mas também grande cautela para garantir a sustentabilidade financeira. A principal fonte de receitas são as propinas, havendo também protocolos com algum retorno financeiro, mas que no geral são irregulares e pouco significativos. A política de captação de receitas próprias é ainda incipiente, sendo que a possibilidade de fazer algumas prestações de serviços com contrapartidas financeiras poderia ser uma iniciativa interessante. De facto, a universidade assenta a sua estratégia de prestação de serviços numa lógica pro bono, ao invés de fazer contratos de prestação de serviços. Esta situação deveria ser ponderada e, eventualmente, alterada pelo menos em alguns casos mais evidentes. A boa inserção e reconhecimento da universidade na sociedade do Mindelo, e de Cabo Verde, são fatores que poderiam ajudar a UM neste desiderato. A necessidade de uma política nacional de investigação, que possibilite financiamento de projetos de investigação poderá vir a revelar-se uma mais valia na captação de financiamento, visto que a universidade está a apostar, já, na criação de condições para vir a captar mais financiamento competitivo.

8. Políticas de colaboração nacional

8.1. A Instituição dispõe de uma política institucional para a cooperação com outras Instituições nacionais? Apreciação das políticas institucionais para a cooperação com outras instituições nacionais.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz

8.2 Fundamentação PNC.

A UM possui inúmeros protocolos com diversas instituições nacionais, sendo de destacar a FICASE, a Câmara Municipal de São Vicente, a Câmara Municipal do Tarrafal de São Nicolau, a Câmara Municipal do Sal, a Câmara Municipal da Boavista, a Câmara Municipal do Porto Novo, a Câmara Municipal do Paul, a Câmara Municipal de Ribeira Grande Santo Antão, o Sindicato de Professores, a Polícia Nacional, as Forças Armadas de Cabo Verde, a Cadeia Central de São Vicente, a Empresa SUCLA, a ELECTRIC e o Fundo Perpétuo da Educação. Através destes protocolos a UM tem conseguido apoiar cerca de 300 estudantes com bolsas de estudo. Para além das bolsas, algumas destas instituições, bem como outras, permitem à universidade garantir alguns locais de estágio.

De qualquer forma, e sobretudo com as outras instituições que não as atrás mencionadas, a UM refere várias vezes no RAAI a necessidade de uma maior cooperação. Durante a visita, os responsáveis pela UM referiram também a a necessidade, e a mais valia, que adviria de uma maior cooperação entre a UM e as restantes instituições de ensino superior de Cabo Verde, tendo porém reportado que tem sido difícil estabelecer um diálogo com as mesmas.

A CAE sugere que a UM continue a desenvolver esforços de colaboração com outras instituições nacionais, reforçando protocolos existentes e investindo mais noutros que permitam a colocação em estágios curriculares de todos os estudantes dos ciclos de estudo em que tal está previsto. Por outro lado, a UM deve procurar reforçar a sua colaboração com as outras universidades situadas na ilha de S. Vicente, agindo como agente dinamizador da criação de infraestruturas comuns

de apoio social aos estudantes (cantina e residência), através da solicitação de apoio às entidades de governo locais e nacionais (ex.: câmara municipal; ministério da educação). Continuar a sua aposta, que à CAE pareceu uma iniciativa muito interessante, nas semanas dos cursos é também uma forma da UM fortalecer a sua colaboração com outras instituições nacionais, porquanto esta iniciativa permite a divulgação da universidade e das suas áreas de missão na sociedade.

9. Políticas de internacionalização

9.1. A Instituição dispõe de uma política institucional para a internacionalização? Apreciação das políticas institucionais para a internacionalização.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz

9.2 Fundamentação PIM.

A política de internacionalização da UM traduz-se no estabelecimento de protocolos com diversas instituições estrangeiras, sendo de destacar, por serem os mais ativos: Portugal - Escola Superior de Enfermagem de Lisboa - Escola Superior das Tecnologias de Saúde de Lisboa - Escola Superior das Tecnologias de Saúde do Porto - Universidade da Beira Interior - Instituto Politécnico de Lisboa - Instituto Politécnico de Coimbra - Instituto Politécnico de Viseu - Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa - Centro Internacional de Ensino e Investigação Fernão de Magalhães – CIEIFM - Egas Moniz – Cooperativa de Ensino Superior, CRL; Espanha – Universidade de Valladolid – Canárias – LPRC, La Palma Research Centre; Brasil - Instituto Universitário Atlântico - IUA - Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL - Instituto Universitário Celso Lisboa – IUCL; Bélgica – Europe Eduss; Cuba – Universidade do Oriente; Letónia – Universidade de Daugavpils; Macau – Universidade de Macau. Estes protocolos têm servido para assessorar a UM na elaboração de alguns planos de estudo de licenciatura, mestrado ou doutoramento, para apoio à lecionação de algumas UCs, para orientar teses de doutoramento e para facilitar a mobilidade docente. Para além deste aspeto académico, há também alguns projetos ERASMUS+ que têm possibilitado a mobilidade quer docente quer discente, bem como a cooperação de alguns docentes em projetos internacionais. A instituição tem também recentemente criado um gabinete de apoio à internacionalização e um embrião de um centro de investigação, que seguramente terão possibilidade de se reforçarem a curto prazo.

A CAE reconhece os esforços de internacionalização da UM e compreende as dificuldades inerentes ao desenvolvimento da mesma. A CAE sugere que a UM continue a sua aposta na criação de um gabinete de apoio à internacionalização, responsável pela dinamização das mobilidades Erasmus+, ou ao abrigo de outros protocolos, e a procura de estudantes internacionais (por ex. nos PALOP). Outro aspeto sobre o qual a UM deve refletir prende-se com a possibilidade da sua integração num futuro espaço africano de ensino superior.

10. Instalações

10.1. A Instituição dispõe de instalações com as características exigíveis à ministração do ensino universitário? Apreciação da adequação das áreas disponíveis em instalações de uso comum às Unidades Orgânicas e demais setores da Instalações e do seu estado de conservação.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz

10.2 Fundamentação FA.

As instalações da Universidade do Mindelo distribuem-se por 3 edifícios no centro do Mindelo, nas quais se inclui um espaço dedicado à Associação de Estudantes, a Biblioteca e um pequeno Bar. As salas de aulas são espaçosas com equipamento adequado. Há uma com equipamento superior que é destinada a mestrados e doutoramentos. Há 3 espaços informáticos dos quais 1 na Biblioteca e 2 em salas dedicadas. Estes 3 espaços encontram-se abertos a todos os estudantes. Há ainda uma sala de informática específica para o curso de informática. No que diz respeito a Laboratórios, os do cursos de enfermagem e de ortóptica estão muitíssimo bem equipados. O laboratório de criminologia é incipiente, mas a Universidade tem procurado minimizar a situação com uma parceria com a PSP. Os laboratórios adstritos às engenharias renováveis possuem o equipamento essencial. De notar o grande envolvimento dos alunos na manutenção do edifício, no "arranjo" de computadores e outros equipamentos informáticos de suporte ao edifício, p.e., o que faz com que, p.e., na vista de stakeholders tenha sido referido o à vontade com que os estudantes abordam problemas concretos da vida real.

11. Mecanismos de ação social

11.1. São assegurados serviços de ação social? Apreciação da adequação dos mecanismos de ação social disponíveis na Instituição e do total da despesa em ação social.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz parcialmente

11.2 Fundamentação MAS.

A Instituição demonstra preocupações de ordem social. Os estudantes têm bolsas do FICASE e têm ainda bolsas contratualizadas com outras empresas/agentes/stakeholders locais, tais como Câmaras Municipais (ex.: Tarrafal de S. Nicolau, Sal, Boavista, Porto Novo, Paul Ribeira Grande em St. Antão), o Sindicato dos Professores, a Polícia, as Forças Armadas de Cabo Verde, a Cadeia Central de S. Vicente, a SUCLA, a ELECTRIC ou o Fundo perpétuo da Educação. Atribui ainda isenção de propinas a 14 estudantes, sendo estas isenções em cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento. O FiCASE atribui o maior número de bolsas (150), mas estas apenas incluem um desconto de 20%. A UM concede ainda moratórias para o pagamento de propinas, sendo que no período de pandemia essas moratórias foram muitas alargadas no tempo, pelo reconhecimento das dificuldades acrescidas das famílias. Os edifícios têm vindo a ser adaptados para estudantes com necessidades educativas especiais (motoras principalmente).

Faz parte do plano estratégico da UM a construção de uma cantina que sirva refeições quentes, para complementar o bar, que serve comida rápida, e também de uma residência, que a CAE considera fundamental para o crescimento da Instituição e um maior alargamento do seu recrutamento de novos estudantes a outras ilhas e outros países, como, por exemplo, os da CPLP.

Numa economia frágil como a de Cabo Verde, a existência de residências e de cantinas é fundamental enquanto mecanismo de apoio social aos estudantes. Por outro lado, a CAE considera que estes equipamentos devam ser cofinanciados pelos governos central e local e servir todas as instituições de ensino superior da ilha, o que não só levaria os estudantes a terem experiências e convívios diversificados como seguramente seria economicamente mais favorável

para todos.

12. Informação para o exterior

12.1. A Instituição publicita de forma adequada informação sobre a oferta formativa, incluindo os relatórios de autoavaliação e avaliação externa e das decisões da ARES? Apreciação da adequação das formas de publicitação da informação sobre a oferta formativa da Instituição, os resultados da monitorização do trajeto dos diplomados na perspetiva da empregabilidade, os relatórios de autoavaliação e de avaliação externa dos ciclos de estudos e as decisões da ARES.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz

12.2 Fundamentação IE.

A Instituição tem 22 anos de implantação, foi a primeira instituição de ensino superior em S. Vicente e é muitíssimo reconhecida e conhecida. Desenvolve um conjunto significativo de ações para o exterior que permitem publicitar adequadamente a sua oferta formativa, sendo de destacar a semana dos cursos, uma iniciativa muito interessante realizada em S. Vicente, mas que por vezes é igualmente alargada a outras ilhas.

A UM promove ainda a modalidade de dias abertos em que os estudantes das escolas secundárias visitam a Instituição, falando com estudantes e professores.

As idas a escolas secundárias de todas as ilhas também é uma prática comum e os alunos acompanham estas visitas/divulgações.

Os estágios curriculares são outra forma de divulgação do trabalho realizado na e pela UM, sendo que os estudantes os fazem em quase todos os ciclos de estudo.

A UM tem um site que está muito bem estruturado, muito apelativo e tem a informação adequada, incluindo O vídeo de divulgação é muito bom e está muito apelativo.

Tendo já muitos alunos diplomados, a UM beneficia também da autopromoção de que os ex-estudantes são normalmente são agentes empenhados.

Em termos de informação para o exterior faltará à UM disponibilizar alguns indicadores relevantes acerca de si própria, como, por exemplo, os resultados da monitorização dos seus estudantes, diplomados, docentes, trajeto dos diplomados na perspetiva da empregabilidade. Os relatórios de autoavaliação e de avaliação externa dos ciclos de estudos e as decisões da ARES devem também ser tornadas públicas (atualmente os relatórios de autoavaliação não parecem estar disponíveis no site, muito embora pareça estar prevista a sua divulgação no separador “Acreditação” de cada ciclo de estudos).

Resposta da CAE ao contraditório -

A Instituição tem 20 anos de implantação, foi a primeira instituição de ensino superior privado em S. Vicente e é muitíssimo reconhecida e conhecida.

Requisitos Específicos

13. Oferta formativa

13.1. A Instituição dispõe (no mínimo) dos seguintes ciclos de estudos acreditados e registados?

- Três (3) ciclos de estudos de licenciatura;
- Três (3) ciclos de estudos de mestrado;
- Um (1) ciclo de estudos de doutoramento, em área compatível com a missão própria do ensino universitário.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz

13.2 Fundamentação OF.

A Instituição cumpre com estes critérios, tendo atualmente 12 licenciaturas, 3 mestrados, 1 mestrado integrado e 2 doutoramentos acreditados.

14. Corpo docente

14.1. A Instituição dispõe, no conjunto dos docentes e investigadores que desenvolvam a atividade docente ou de investigação, a qualquer título na Instituição, no mínimo:

- Um (1) doutor por cada cento e vinte (120) estudantes;
- Um (1) doutor em cada ciclo de estudos oferecido;
- Pelo menos metade do corpo docente dos cursos oferecidos é composto por docentes com grau mínimo de mestre;
- Pelo menos metade dos docentes fazem parte do quadro de docentes da instituição.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz

14.2 Fundamentação CD.

Tal como todas as Instituições de Ensino Superior em Cabo Verde, a Universidade do Mindelo tem docentes que pertencem ao quadro da Universidade, docentes que trabalham em regime de tempo inteiro e docentes que trabalham em regime de tempo parcial, ou na modalidade de prestação de serviço. Desde sempre foi opção da Instituição constituir um núcleo duro do corpo docente, que garantisse a qualidade e o espírito de pertença da Universidade.

Em segundo lugar, a opção foi por docentes que lecionassem apenas na Universidade do Mindelo, podendo ter uma outra atividade profissional que não lecionar, sendo que a percentagem de docentes que lecionam na UM e noutra IES é insignificante. Depois de um percurso de 20 anos, durante o qual os professores mais antigos foram deixando a Universidade e os docentes mais jovens foram-se graduando a nível de mestre e de doutor, a Universidade do Mindelo apresenta hoje um corpo docente jovem, sendo a opção de formação destes docentes ao nível da graduação (mestrado e doutoramento) muito intensa.

Dos 184 docentes que estão inseridos na plataforma da ARES, 79 estão em regime de tempo inteiro e destes 20 são doutores, 36 são mestres e 26 são licenciados, dos quais alguns com pós-graduações. Os dados estão atualizados a 2022. A CAE realça ainda a preocupação com a formação dos docentes e conseqüente qualidade dos ciclos de estudos, visto que dos 39 Professores Convidados (de acordo com a plataforma da ARES) ,34 possuem o grau de doutor o que dá uma consistência grande ao corpo docente.

Respondendo diretamente às questões colocadas:

- A UM tem mais do que (1) doutor por cada cento e vinte (120) estudantes;
- Existe na UM pelo menos um (1) doutor em cada ciclo de estudos oferecido;
- Verifica-se que pelo menos metade do corpo docente dos cursos oferecidos é composto por docentes com um grau mínimo de mestre. Dos 184 docentes apenas 39 são docentes convidados e todos os restantes têm contrato com a Universidade, sendo que 79 a tempo inteiro e 66 a tempo parcial. A CAE não se apercebeu da existência de um “quadro” de docentes da instituição.

A CAE considera que o corpo docente é adequado e tem a qualidade necessária ao bom desenvolvimento das atividades de ensino da UM.

Parte II - Avaliação das Unidades Orgânicas

15. Ensino

15.1. Adequação da oferta formativa.

Apreciação geral sobre a pertinência e adequação da oferta formativa das Unidades Orgânicas da Instituição, face, designadamente, à missão de uma instituição. Assinalar casos de Unidades Orgânicas que se salientem positivamente, ou que revelem fragilidades, na pertinência e adequação da sua oferta formativa.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz

15.2 Fundamentação AOF.

A instituição possui 4 unidades orgânicas: a Escola Superior de Saúde, o Departamento de Ciências Humanas Jurídicas e Sociais, o Departamento de Engenharia e Recursos do Mar e o Departamento de Ciências Económicas e Empresarias.

A Escola Superior de Saúde oferece cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento, tal como o Departamento de Ciências Humanas Jurídicas e Sociais. As restantes unidades orgânicas oferecem ciclos de estudo de licenciatura e de mestrado, exceto no caso do Departamento de Ciências Económicas e Empresariais que apenas oferece dois ciclos de estudo de licenciatura.

A instituição no seu conjunto tem atualmente acreditados 12 licenciaturas, 3 mestrados, 1 mestrado integrado e 2 doutoramentos.

A unidade orgânica Escola Superior de Saúde tem uma enorme vitalidade e normalmente tem bastantes estudantes.

Alguns cursos como p.e. Ortóptica e Ciências da Visão têm 100% de empregabilidade se considerarmos as colocações de estudantes no estrangeiro. A formação com mais debilidades/fragilidades parece ser o ciclo de estudos em Criminologia e Reinserção Social, oferecido no departamento de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais, em que quer da parte dos estudantes, quer dos docentes nos foi relatada a dificuldade de colocação em estágios curriculares, face ao carácter sigiloso de algumas práticas e documentos oficiais das instituições que poderiam oferecer estes estágios. Adicionalmente,

o laboratório de criminologia não está ainda suficientemente equipado para responder adequadamente às necessidades da formação nesta área.

Por estratégia interna os ciclos de estudo não abrem todos os anos e há uma política de adequação da oferta à procura. De acordo com os dados fornecidos, o departamento de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais abriu em 2021/2022 apenas 3 ciclos de estudo de licenciatura, a Escola Superior de Saúde também abriu apenas 3 ciclos de estudos, o Departamento de Engenharia e Recursos do Mar abriu as duas licenciaturas que oferece e o Departamento de Ciências Económicas e Empresariais apenas abriu um ciclo de estudos.

As vagas e a decisão de abertura estão dependentes de estudos realizados sobre a procura prevista para os mesmos, sendo que a decisão de abertura cabe ao reitor e depende da estratégia da instituição para a área de ensino em causa. Usualmente é necessário mais de 10 estudantes ingressados para que um ciclo de estudos funcione, mas pode ser tomada uma decisão diferente se for considerado que a abertura do ciclo de estudos é estrategicamente defensável.

Esta estratégia de (in)definição dos ciclos de estudos a abrir em cada ano letivo torna difícil a gestão coordenada dos docentes. No entanto, tal tem sido conseguido e já existem docentes com contrato definitivo, um grande número com contrato a tempo integral e, dentro destes, muitos com contratos de lecionação exclusivos nesta instituição.

Os serviços de apoio, que incluem os Serviços Académicos e Administrativos, os Serviços Financeiros, os Serviços de Manutenção, a biblioteca, o centro de estágios e os serviços de apoio técnico e informático, são comuns a todas as unidades e funcionam de forma integrada. Os coordenadores destes serviços também são, por vezes, docentes.

Os estudantes estão fortemente envolvidos nas ações p.e dos serviços de apoio técnico e informático dentro da própria instituição.

15.3. Estudantes.

Apreciação geral da evolução da procura dos ciclos de estudos das Unidades Orgânicas da Instituição, bem como a eventuais dificuldades de recrutamento em alguns cursos.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz

15.4 Fundamentação ES.

De uma forma geral, a procura pelos ciclos de estudos oferecidos por cada uma das unidades orgânicas da UM é muito variável e limitada, o que faz com que não sejam abertos em todos os anos letivos todos os ciclos de estudos previamente acreditados pela ARES. Esta estratégia parece-nos adequada, sobretudo sendo a UM uma instituição privada, uma vez que os ciclos de estudo têm custos fixos que precisam de ser acautelados.

De acordo com a informação facultada à CAE, quer documental, quer durante a visita à UM, ficou claro que o número de estudantes que anualmente conclui o ensino superior em Cabo Verde e concorre a uma instituição de ensino superior nacional é muito pequeno. Por outro lado, a maior parte destes estudantes opta por fazer o ensino superior na Ilha de Santiago, o que diminui ainda mais o número de estudantes que procuram o ensino superior na Ilha de S. Vicente.

Acrescentando o facto de que existem em S. Vicente 7 instituições de ensino superior, faz com que a procura pelos ciclos de estudos da UM seja diminuta. Ainda assim, a universidade tem conseguido manter alguma estabilidade no número de estudantes que a ela se candidatam, bem como no número total de estudantes que a frequentam. A pandemia resultante do COVID 19 fez diminuir o número de estudantes, mas a UM tem como objetivo voltar a alcançar um número de estudantes superior a 1000.

Sendo a procura reduzida e variável, não nos pareceu que houvesse ciclos de estudo com maiores ou menores dificuldades de recrutamento, mas antes uma variação nesta dificuldade de ano para ano, em função do número de estudantes e das suas próprias escolhas. Ainda assim, há ciclos de estudos que parecem ter uma procura mais constante e por mais

estudantes, tendo neste momento estudantes em todos os anos dos mesmos, como é o caso das licenciaturas em enfermagem, direito, criminologia e reinserção social.

15.5. Diplomados.

Apreciação geral da evolução de diplomados e da facilidade de acesso ao mercado de trabalho nas diferentes Unidades Orgânicas.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz parcialmente

15.6 Fundamentação DI.

Como já foi referido neste relatório, a UM não tem mecanismos de monitorização da transição dos seus diplomados para o mercado de trabalho, nem possui dados relativos à empregabilidade dos mesmos. Assim sendo, torna-se difícil fazer uma apreciação geral da evolução de diplomados e da facilidade de acesso ao mercado de trabalho, quer na UM, quer nas suas quatro Unidades Orgânicas.

Por outro lado, e como consequência de uma procura pelos ciclos de estudo que é variável e que condiciona a abertura, ou não, dos diferentes ciclos de estudos acreditados em cada ano letivo, também os números de diplomados variam significativamente entre departamentos e ciclos de estudos entre anos letivos.

Finalmente, é de destacar que não foram fornecidos à CAE, talvez por não os haver, dados relativos à percentagem de estudantes que concluem os seus ciclos de estudos em N anos, N+1 anos ou N+2 anos. Estes indicadores seriam muito relevantes para avaliar o desempenho académico dos estudantes da UM, bem como o desempenho formativo da instituição.

Ainda assim, pareceu à CAE, com base nas conversas tidas com os diferentes atores institucionais durante a visita à UM, que não existiam problemas graves de insucesso académico. Todos os anos há estudantes que se diplomam e muitos parecem conseguir ingressar no mercado de trabalho, mesmo se tendo que se deslocar para o estrangeiro (caso dos estudantes de Ortóptica e Ciências da Visão).

16. Corpo docente

16.1. Adequação em número, qualificação e especialização.

Apreciação geral da adequação do corpo docente das Unidades Orgânicas da Instituição, em número, qualificação e especialização, face à oferta formativa e número de estudantes.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz

16.2 Fundamentação ANQE.

Todas as unidades orgânicas têm um corpo docente adequado em número, qualificação e especialização. Apesar dos números não serem todos equivalentes, o que se compreende pelo facto de não serem contratos permanentes, a última atualização que foi fornecida pela ARES à CAE refere a existência de 184 docentes, dos quais 39 são convidados, 79

estão a tempo inteiro e 66 em tempo parcial (de acordo com a plataforma ARES). A diferença entre convidados ou docentes (tempo parcial ou inteiro) não é perceptível. Dos docentes com contrato a tempo inteiro, a maioria não dá aulas noutras instituições e apenas 15 dão aulas em mais uma IES, e destes apenas três dão aulas em duas IES. Os que têm contrato a tempo parcial dão aulas noutras IES. Com a introdução do PCCS, existem agora 20 docentes que têm um contrato permanente e um número significativo tem contratos a tempo integral. Estes 20 docentes com contrato permanente têm também outras funções de chefia na Instituição, pelo que seria desejável que viessem a ter progressão na carreira docente.

De notar que não pareceu à CAE que houvesse diferenças significativas de qualificação entre os docentes das 4 unidades orgânicas (p.e. unidades com docentes claramente mais qualificados), nem que umas tivessem mais docentes por estudantes do que outras. Ou seja, para a CAE existe uma preocupação a nível institucional para garantir que todas as unidades orgânicas têm o corpo docente que precisam, quer em quantidade, quer em qualidade.

Da preocupação da UM com a qualidade seu corpo docente resultou a existência de um regulamento de avaliação de docentes em fase de implementação.

16.3. Estabilidade e dinâmica de formação.

Apreciação geral do grau de estabilidade do corpo docente da Instituição, bem como da dinâmica de formação do corpo docente (quando aplicável).

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz

16.4 Fundamentação EDF.

Há uma grande preocupação da Instituição na formação do seu corpo

docente, sendo a própria UM a considerar como um ponto fraco ter ainda docentes sem mestrado.

Tal como referido no ponto anterior, todas as unidades orgânicas têm um corpo docente adequado em número e em formação, se bem que, por razões que já anteriormente foram referidas, lhes falte a componente investigação. De notar que esta componente, mesmo que esteja a ser preparada com uma estratégia bem definida, será eventualmente difícil de vir a ser implementada com sucesso se a “carreira docente” não for implementada. Todos os docentes com doutoramento são, por enquanto, professores auxiliares. Muito embora a CAE tenha notado e revelado o empenho e a motivação de todos eles, a prazo esta situação poderá tornar-se desencorajante. Sugere-se, portanto, que a UM procure implementar uma verdadeira “carreira docente”, tal como prevista nos seus Estatutos. Por outro lado, uma aposta na investigação implicará necessariamente dar tempo a pelo menos alguns dos docentes para atividades nesta área, libertando-os de parte das suas atividades de ensino ou de gestão.

17. Instalações

17.1. Apreciação geral da adequação das instalações e equipamentos das diferentes Unidades Orgânicas, face às características e necessidades específicas dos ciclos de estudos lecionados.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz

17.2 Fundamentação IN.

Todas as Unidades orgânicas têm instalações e laboratórios apetrechados com suficiente equipamento para uma prática adequada dos ciclos de estudo ministrados. Os estudantes possuem salas de computadores na biblioteca e fora dela. O laboratório utilizado no ciclo de estudos em Engenharia em Energias Renováveis, necessita de algum reforço de equipamento; no entanto, como os estudantes estão envolvidos, por exemplo, nas ações de manutenção dos edifícios, a opinião de stakeholders externos com quem a CAE falou foi a de que “os estudantes (de engenharia) saem com uma formação prática forte”. O laboratório com mais deficiências é o de Criminologia, do Departamento de Ciências Jurídicas, Humanas e Sociais, se bem que esta falha, que nos foi reportada pelos estudantes, tenha também sido referida durante a visita às instalações e esteja a ser contornada recorrendo a laboratórios externos (p.e. da polícia). Seria, no entanto, desejável que no futuro, esta falha possa vir a ser colmatada internamente.

Existe rede internet em todos os edifícios, há equipamento de segurança (extintores) em todos os edifícios e todos têm saídas de emergência. Há rampas de acesso para estudantes com mobilidade reduzida e elevadores. Os auditórios estão bem apetrechados e são de uso comum. Existe um bar também de uso comum e um espaço atribuído à Associação Estudantes

Uma vez que as salas de aula convencionais da UM são utilizadas pelos estudantes de todos os ciclos de estudos, com a exceção dos laboratórios afetos a ciclos de estudos específicos, não foi patente uma diferenciação das instalações, quer em quantidade, quer em qualidade, entre as 4 unidades orgânicas. Pelo contrário, o entrosamento entre todas pareceu uma realidade, desfrutando estudantes e docentes das instalações e equipamentos de todas elas.

18. Atividades de investigação e desenvolvimento

18.1. Apreciação geral dos principais resultados de investigação científica e de desenvolvimento tecnológico nas diferentes Unidades Orgânicas nos últimos cinco (5) anos, incluindo a sua valorização económica.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz parcialmente

18.2 Fundamentação AID.

A investigação científica é, como já foi referido, a área mais crítica na UM, se bem que não se possa atribuir esta deficiência exclusivamente à Universidade, visto que ainda não há um ecossistema (em Cabo Verde) favorável ao desenvolvimento e fortalecimento da investigação científica. A Universidade do Mindelo tem, no entanto, feito um esforço significativo para promover a investigação, nomeadamente através da formação dos seus docentes. Como resultado deste esforço, em 2021/2022 10 estudantes completaram o doutoramento e 6 um ciclo de estudos de mestrado, enquanto em 2022/2023 foram 7 a completar o doutoramento e 4 o mestrado. A UM tem atualmente dois cursos de doutoramento acreditados e em 2020/2021 havia 26 estudantes em doutoramento e 4 em mestrado. Com a pandemia este ciclo de formação foi interrompido e em 2022/2023 há apenas 36 estudantes em mestrado e 7 no mestrado integrado que iniciou o seu funcionamento. A CAE congratula a UM por este esforço de formação dos seus docentes, ao nível do mestrado e do doutoramento, e recomenda que o mesmo deva ser mantido no futuro.

Os trabalhos de investigação realizados no âmbito dos mestrados e doutoramentos internamente em revistas científicas de edição da UM ([https://repositorio.um.edu.cv/citations?ps=&ctype\[\]=rumus](https://repositorio.um.edu.cv/citations?ps=&ctype[]=rumus)) e as dissertações de mestrado e teses de

doutoramento depositadas no repositório científico da instituição (<https://repositorio.um.edu.cv/home>).

A CAE apreciou o facto de os projetos de investigação de mais impacto serem, normalmente, aplicáveis à realidade de Cabo Verde, como p.e. A Social Prescribing and Digital Intervention Protocol to Promote Sexual and Reproductive Health and Quality of Life among Young Cape Verdeans, desenvolvido com o apoio de docentes investigadores da Escola Superior de Enfermagem de Lisboa e outros parceiros nacionais e internacionais, ou Impactos da pandemia na Saúde Mental dos Enfermeiros, publicado no Journal of Clinical & Community Medicine (JCCM). Podemos também referir, no Departamento de Engenharia e Energias Renováveis, os projetos de instalação de um sistema solar fotovoltaico para produzir eletricidade para a comunidade de Tortolho e projeto Software House, que visa o desenvolvimento de ferramentas informáticas para os diversos departamentos da Universidade e o desenvolvimento de sistemas de informação para a comunidade. Há ainda que referir que o sistema de repositório científico da UM foi também desenvolvido pelo departamento de Engenharia e Energias Renováveis, bem como o sistema de candidaturas on line ou o ChatBot da UM. De notar que a colaboração entre docentes e estudantes nesta área tem contribuído muito fortemente para uma maior e melhor informatização da UM. Neste mesmo departamento foi também desenvolvido um drone dotado de Tecnologia 4G, destinado à Inspeção e Vigilância Aérea e outros projetos para a comunidade tais como o MindelBus - Aplicativo Móvel De Consulta De Informações De Autocarros ou o Pharm Go - Aplicação Móvel E Plataforma Web – Intermediação Com Farmácias, o que de mostra a vitalidade do departamento e a sua capacidade de realizar projetos de investigação aplicada e com valorização económica, mesmo com recursos que são muito escassos.

Resposta da CAE ao Contraditório:

onde se lê Departamento de Engenharia e Energias Renováveis deve ler-se Departamento de Engenharias e Recursos do Mar

19. Produção artística

19.1. Apreciação geral dos principais resultados de produção artística nas Unidades Orgânicas nos últimos cinco (5) anos, e da sua adequação à natureza da Instituição (quando aplicável).

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Não se aplica

19.2 Fundamentação PA.

Não se aplica

20. Prestação de serviços à comunidade

20.1. Apreciação geral das atividades de prestação de serviços à comunidade a nível das Unidades Orgânicas (incluindo as atividades de promoção cultural, artística e desportiva) e da sua contribuição para o desenvolvimento regional e nacional.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz

20.2 Fundamentação PSC.

AA UM está muito envolvida na prestação de serviços à comunidade em todas as suas áreas científicas de intervenção. A CAE gostou especialmente do laboratório de ortóptica, realçando o serviço que o mesmo presta à comunidade, bem como do apoio jurídico que era prestado pelo Departamento de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais, do apoio psicológico dado pelos estudantes de psicologia (estes dois foram interrompidos durante a pandemia, mas foi referido durante a visita que serão retomados, facto com o qual a CAE se congratula). O apoio materno infantil e de informação sexual e contraceptiva, o apoio dado pelo Departamento de Engenharia e Energias Renováveis, com alguns dos projetos já anteriormente referidos, bem como a cedência do auditório para sala de cinema durante o fim de semana e a abertura da biblioteca à comunidade são tudo iniciativas ao nível da prestação de serviços à comunidade que a CAE considera muito meritórias.

Mas, e a este nível, a CAE gostaria principalmente de destacar o papel da UM, e das suas unidades orgânicas, na abertura da ilha de S. Vicente ao ensino superior. O facto da UM ser a primeira IES em S. Vicente seguramente contribuiu para a apetência de formação na ilha e contribuiu para o desenvolvimento da mesma. Esse enraizamento na comunidade local ainda se nota.

A CAE recomendou à UM que alguns destes serviços prestados à comunidade fossem objeto de contratos de prestação de serviços, não com o objetivo de diminuir o contributo da universidade para a sociedade, mas de modo a poder aumentar a receita da Instituição e ajudar ao crescimento da mesma. Este crescimento trará no futuro ainda maiores benefícios para a ilha e para o seu desenvolvimento.

21. Colaboração nacional e internacional

21.1. Apreciação geral das atividades em colaboração com outras instituições, nacionais ou internacionais, a nível das Unidades Orgânicas, incluindo ciclos de estudos em conjunto e participação em atividades e projetos de investigação.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz

21.2 Fundamentação CNI.

A UM tem protocolos com numerosas instituições de ensino superior nacionais e internacionais tais como:

Portugal – Escola Superior de Enfermagem de Lisboa Escola Superior das Tecnologias de Saúde de Lisboa Escola Superior das Tecnologias de Saúde do Porto Universidade da Beira Interior Instituto Politécnico de Coimbra Instituto Politécnico de Viseu Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa Centro Internacional de Ensino e Investigação Fernão de Magalhães - CIEIFM

Espanha – Universidade de Valladolid Canárias – LPRC, La Palma Research Centre Brasil – Instituto Universitário Atlântico Universidade Federal de Santa Catarina do Sul Instituto Universitário Celso Lisboa

Cuba – Universidade do Oriente Letónia – Universidade de Daugavpils

O curso de doutoramento em Ciências da Saúde é fruto de uma parceria com a Universidade de Valladolid. Muitos dos projetos de investigação são também em parceria com estas instituições de ensino superior, havendo igualmente acordos para troca de estudantes (mestrado e doutoramento, principalmente) para realização de partes dos trabalhos de dissertação ou tese e/ou co-orientação de teses.

A Universidade tem ainda protocolos com outras instituições, como, por exemplo, Câmaras Municipais; Polícia Nacional; Forças Armadas de Cabo Verde; Cadeia Central de São Vicente; ICCA; Empresa SUCLA; Biosfera; Sindicato dos Professores; Empresa Electric; FICASE, etc.

Estes protocolos destinam-se a diversos fins, podendo ser apenas bolsas para estudantes ou ser acordos para visitas de estudo ou mesmo cedência de instalações para aulas, ou acordos de estágio, por exemplo.

A partir da documentação facultada e mesmo durante a visita, não foi possível à CAE identificar unidades orgânicas mais e menos envolvidas em colaborações com outras instituições, nacionais ou internacionais. Sendo certo, que os diferentes acordos e protocolos são direcionados para ciclos de estudos ou áreas científicas específicas, ao que a CAE conseguiu apurar todas as unidades orgânicas da UM beneficiam dos mesmos e do seu potencial para melhorar a sua qualidade de ensino, investigação e prestação de serviços.

22. Sistema interno de garantia da qualidade

- 23. Existe, a nível da(s) Unidade(s) Orgânica(s) (segue para 25.1).
- 24. Está definido a nível Institucional (segue para 25.3).
- 25. Não existe (segue para 26).



25.1. Apreciação geral do sistema interno de garantia da qualidade a nível da(s) Unidade(s) Orgânica(s).

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

25.2 Fundamentação ASIGQ.

25.3. Apreciação geral do contributo da(s) Unidade(s) Orgânica(s) no funcionamento do sistema interno de garantia da qualidade da Instituição, incluindo os mecanismos de dinamização da aplicação do sistema junto à comunidade académica e de follow-up das medidas de melhoria adotadas no âmbito da Unidade, bem como a adesão à participação na aplicação dos instrumentos de garantia de qualidade e resultados obtidos, e a visibilidade dada na página de Internet da Instituição.

Satisfaz, Satisfaz parcialmente, Não satisfaz.

Satisfaz

25.4 Fundamentação ACUO.

O SIGQ, apesar de definido e aplicado a nível institucional, necessita sempre de uma contribuição das unidades orgânicas para que possa funcionar na sua plenitude. Segundo a CAE pôde apreciar, e tal como referido em 4.8., a implementação completa do SIGQ está apenas a iniciar, mas todas as direções das UOs e dos ciclos de estudos consideram a sua implementação fundamental e estão empenhadas em recolher as informações necessárias à sua implementação e em utilizar os seus resultados de forma a melhorar o funcionamento dos seus ciclos de estudos/departamentos e da Universidade no geral. Neste âmbito, e tanto quanto a CAE foi capaz de apreciar, as UOs têm trabalhado de forma a respeitar e fazer cumprir as diretrizes do Conselho de Avaliação de Qualidade. A este respeito, e para além da consolidação dos mecanismos já existentes ao nível da garantia da qualidade em cada UO, tal como plasmados no RAI (p.e., realização de reuniões semestrais com estudantes e docentes; utilização dos canais digitais para partilha de informações; aplicação de questionário de satisfação aos estudantes; recolha de subsídios junto de especialistas e técnicos de diversas áreas; existência de um representante de cada turma de cada ciclo de estudos; implementação do RUC, em todas as unidades curriculares de todos os ciclos de estudos), a CAE sugere a implementação sistemática dos inquéritos pedagógicos sobre os docentes e as unidades curriculares no final de cada semestre, a implementação de um relatório de curso, a ser realizado no final de cada ano letivo, bem como a identificação e sistematização de um conjunto de indicadores de qualidade, capazes de auxiliar a monitorização do processo de ensino na UM (p.e., n.º de estudantes por ano; n.º de diplomados em N, N+1, N+2 e N>2 anos; % de diplomados que obtêm emprego até 6 meses após concluir os seus ciclos de estudos; % de diplomados empregados).

26. Apreciação global, pontos fortes, pontos fracos e recomendações de melhoria

26.1. Apreciação global da organização, funcionamento e resultados da(s) Unidade(s) Orgânica(s), assinalando eventuais incoerências, desequilíbrios ou sobreposições na estrutura orgânica da Instituição.

A CAE considera que as unidades orgânicas, tal como nos foram apresentadas e como se incluem no organograma, estão bem diferenciadas, não tendo sido detetados grandes desequilíbrios nem sobreposições entre elas.

No entanto a do Mindelo apresenta-se como um todo e as UOs não são perfeitamente distintas, sendo difícil fazer uma avaliação individualizada de cada uma delas. Aliás, é de notar que mesmo no site da UM os ciclos de estudos são apresentados individualmente, enquanto ciclos de estudos da instituição, enquanto os departamentos/unidades orgânicas, apesar de fazerem parte da organograma da instituição, não são apresentados no site.

Tendo presente esta questão, os únicos desequilíbrios que eventualmente possamos considerar, parecem decorrer do tempo de funcionamento dos ciclos de estudo inseridos em cada uma das UOs. Por exemplo, duas das UOs já têm ciclos de estudos de doutoramento a funcionar, uma delas tem um mestrado integrado e um ciclo de estudos de doutoramento, enquanto outras estarão, eventualmente, menos consolidadas, mas nem por isso a CAE as considera menos dinâmicas, ou menos bem organizadas.

Na opinião da CAE, e tendo em consideração a análise documental realizada, mas sobretudo a visita efetuada à UM, a organização em UOs parece mais um “arranjo” facilitador do funcionamento administrativo, que aliás funciona. De facto, os ciclos de estudo parecem ser os grandes núcleos de funcionamento da instituição e os departamentos são os gestores dos agrupamentos de ciclos de estudos, tentando-se desta forma, e tanto quanto a CAE conseguiu perceber conseguindo-se, uma coerência científica nesses agrupamentos.

26.2. Identificação fundamentada de áreas de excelência passíveis de um tratamento simplificado no novo ciclo de acreditação.

Não parece à CAE que possa haver tratamentos simplificados no próximo ciclo de acreditação. Tratando-se este exercício de um primeiro ciclo de avaliação institucional, as questões que foram levantadas não só pela CAE durante a visita, mas principalmente pela própria Instituição, tais como, pôr em funcionamento regular o SIGQ, criar um gabinete de apoio à inserção dos estudantes no mercado de trabalho, monitorizar o percurso profissional dos alumni, criar uma cantina e uma residência e, principalmente, alavancar a investigação científica, são pontos essenciais para que a Universidade continue a crescer e dê o salto para uma instituição de ensino e investigação com perfil Internacional. Justifica-se, portanto, que em todas as suas áreas a UM venha a ser sujeita a novos ciclos de acreditação, que a ajudem a melhorar os aspetos até agora menos bem conseguidos e a reforçar aqueles em que a universidade já apresenta um desempenho mais consolidado.

26.3. Identificação fundamentada de áreas que, por apresentarem fragilidades específicas, deverão ser passíveis de uma observação mais detalhada no novo ciclo de acreditação.

ver ponto 26.2

26.4 Recomendações de melhoria da organização e funcionamento da(s) Unidade(s) Orgânica(s), quer do carácter genérico, quer recomendações específicas para alguma(s) Unidade(s).

O Regulamento Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES – Decreto-lei n.º 20/2012) refere que as unidades orgânicas incluídas numa universidade devem ter (artigo 12º)...“órgãos e pessoal próprio”. Por outro lado, as unidades orgânicas tal como definidas no estatutos da UM (artigo 13º, nº 2) “... asseguram o funcionamento dos cursos conferentes de grau académico e de outros cursos de nível superior ..”, nunca se referindo que possuam órgãos próprios, o que aliás faz sentido dada a dimensão da universidade. No âmbito de uma avaliação institucional, as unidades orgânicas (departamentos e escola superior) da UM são em termos institucionais bastante semelhantes no seu funcionamento geral. Ainda que algumas tenham mais estudantes do que outras, ou apresentem tendências de aumento ou diminuição no número de estudantes variáveis nos últimos anos, não parece à CAE que estas aparentes “debilidades” possam ser, exclusivamente, atribuíveis a fragilidades inerentes à UO, mas antes à própria necessidade de adaptação, por exemplo, ao estabelecimento em S. Vicente de inúmeras instituições de ensino superior que, obviamente, vieram causar desequilíbrios “inesperados”.

A CAE recomenda, portanto, e de uma forma global para todas as UOs, uma dinamização dos ALUMNI a serem utilizados como “embaixadores” da Universidade. A UM tem em S. Vicente, e em Cabo Verde de uma forma geral, um reconhecimento que nos pareceu uma mais-valia e que, eventualmente, estará a ser pouco dinamizado e explorado como forma de atrair mais estudantes nacionais, mas também internacionais para a universidade.

A Universidade deveria ponderar adotar uma estrutura exclusivamente departamental, assente numa única UO que seria a própria UM, visto que tem apenas um C. Científico e um C. Pedagógico o que dá aos departamentos a necessária coesão científica académica e administrativa. Finalmente, é de referir que dada a semelhança entre as diferentes UOs, e o facto da

CAE considerar que as fragilidades das mesmas não são unicamente de cada uma, mas partilhadas por todas e pela própria UM, as recomendações de melhoria para cada UO são na verdade as recomendações que a CAE estabelece para a UM no ponto 30. do presente relatório.

Parte III - Apreciação Global da Instituição

27. Apreciação global da Instituição tendo em conta os seus grandes objetivos, o contexto em que opera e o seu percurso evolutivo.

A CAE apreciou de forma muito positiva não só a sinceridade do RAAI apresentado pela Instituição, como também a sinceridade, eficiência e simpatia com que foi recebida por todos os intervenientes nas reuniões in loco, que foram realizadas nos dias 16 e 17 de janeiro de 2023.

A Universidade do Mindelo é a Instituição mais antiga de ensino superior em S. Vicente e tem apresentado ao longo do seu percurso um crescimento sólido, sustentável, estratégico e, ao mesmo tempo, arrojado e inovador.

Isso mesmo é demonstrado pela apresentação no RAAI de uma avaliação interna feita ao plano estratégico de 2018-2020, que a CAE especialmente gostou por ser indício de uma reflexão interna contínua e já enraizada no ADN da Instituição. A CAE também gostou especialmente da enorme preocupação com a formação do corpo docente, com consequência direta na qualidade do ensino, bem como com a estabilidade do corpo docente demonstrada pela implementação do PCCS e pela procura de conseguir ter um número significativo de docentes em tempo integral.

A CAE também viu (e ouviu) com satisfação o cuidado na gestão financeira e administrativa, sendo de louvar que uma instituição como esta tenha uma sustentabilidade financeira tão estável, principalmente porque a vinda de mais 6 instituições de ensino superior para o Mindelo constituiu, seguramente, uma instabilidade estratégica forte.

28. Identificação dos pontos fortes da organização e funcionamento da Instituição.

- Avaliação realizada ao PE de 2018-2020 (e que consta no PE de 2021-2024)
- Preocupação com a promoção da visibilidade da UM
- Preocupação com a coesão e o engajamento da comunidade universitária
- Semanas de Cursos (abertas à comunidade exterior)
- Aposta na afirmação de um corpo docente estável e qualificado, dando preferência a docentes em RTI.
- A aprovação do Plano de Carreiras Cargos e Salários
- Primeiros passos no desenvolvimento de SIGQ, assente na definição de uma política da qualidade e formalizado em

documento próprio.

- Planeamento ao nível dos sistemas de informação com o desenvolvimento do SIGUM
- Preocupação com a promoção e desenvolvimento da investigação, amplamente manifestada e traduzida num conjunto de iniciativas que poderão vir a constituir-se como um embrião de um gabinete de apoio à investigação e de centros de investigação.
- Existência de um repositório científico e de revistas de carácter científico.
- Revistas RUMO e Direito, Políticas e Sociedade, como forma de promoção e da escrita e publicação de artigos por parte dos estudantes de mestrado e doutoramento.
- A opção por horários apenas num período do dia facilitando a captação de estudantes trabalhadores.
- Papel do coordenador do ciclo de estudos no acompanhamento do funcionamento das diferentes UCs., dos docentes (incluindo o acolhimento aos novos) e, em geral, ao nível da promoção da qualidade do ciclo de estudos.
- “Open Day”.
- A qualidade das instalações próprias e dos laboratórios de apoio ao ensino.

29. Identificação dos pontos fracos da organização e funcionamento da Instituição.

- Investigação ainda débil, traduzida numa produção científica muito limitada.
- Reduzida procura por alguns dos ciclos de estudo oferecidos.
- Pouca concretização do SIGQ ao nível dos instrumentos usados para a promoção da melhoria da qualidade da universidade e das suas áreas de missão, em especial do ensino, traduzidas na pouca visibilidade e consequente impacto que o sistema ainda tem.
- O sistema de informação, apesar de em desenvolvimento, ainda não é capaz de suportar adequadamente a tomada de decisão.
- Ausência de um mecanismo mais robusto de acompanhamento e monitorização da empregabilidade dos diplomados.
- Ausência de um gabinete de apoio à inserção no mercado de trabalho.
- Incapacidade para colocar todos os alunos em estágio curriculares (Criminologia e Inserção Social e Ciência Política e Relações Internacionais).
- A não implementação, na prática, do modelo de carreira docente prevista nos estatutos.

30. Recomendações de melhoria da organização e funcionamento da organização e funcionamento da Instituição, distinguindo entre recomendações essenciais e sugestões de melhoria.

Antes das recomendações de melhoria dirigidas diretamente à Instituição, a CAE decidiu fazer algumas sugestões de ordem global tais como:

Seria aconselhável haver uma política/estratégia nacional para a captação e fixação de estudantes nacionais e internacionais.

Seria aconselhável a existência de um organismo nacional para financiamento competitivo de projetos de investigação.

A necessidade de captação de estudantes de outras ilhas e internacionais para S. Vicente aconselharia a que fosse

amplamente discutida a possibilidade de estruturas conjuntas de apoio social, tais como cantinas e residências.

Sugestões de melhoria para a Universidade do Mindelo

Criação de um gabinete de apoio à inserção de graduados no mercado de trabalho, que os ajude na procura de 1º emprego, que os ensine a apresentar um C. Vitae, a fazer uma entrevista e que os prepare para a vida (mesmo que seja para sair de S. Vicente ou de Cabo Verde).

Criação de um mecanismo robusto que permita o acompanhamento e monitorização da empregabilidade dos diplomados.

Criação de cursos de formação de docentes na vertente pedagógica.

Complementar as FUC e os RUC com uma avaliação global final do ciclo de estudos em cada ano letivo.

Aproveitar a ligação forte com a sociedade, e o reconhecimento da UM na ilha de S. Vicente e em Cabo Verde, de forma a conseguir estabelecer contratos de prestação de serviços e, assim, diversificar as fontes de financiamento.

Criar um gabinete de apoio à internacionalização.

Concretizar a criação do centro de investigação em ciências sociais.

Criar um gabinete para efetivamente apoiar a colocação de estudantes em estágios curriculares.

Recomendações ESSENCIAIS

Garantir o desenvolvimento do SIGQ tornando a resposta aos inquéritos pedagógicos sistemática, e utilizando o feedback dos mesmos na análise das UC, dos ciclos de estudos e da sua qualidade.

Iniciar a implementação do modelo de carreira previsto nos estatutos.

Dar formação aos docentes na preparação de candidaturas a projetos de financiamento de investigação, quer nacionais quer internacionais, de modo a conseguir dar um salto quantitativo e qualitativo no nível da investigação e conseguir mais financiamentos por essa via.

Prosseguir com a implementação da cantina e da residência, eventualmente em colaboração com as restantes instituições de ensino superior localizadas em S. Vicente.